



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0032148-65.2010.8.17.0810(0314574-0)
APELANTE : MICHEL ANDERSON PAVÃO SILVA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
REVISOR : DES. MARCO ANTONIO CABRAL MAGGI
PROCURADOR : MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRAFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E PORTE ILEGAL DE ARMA DE USO RESTRITO (ARTIGO 33 DA LEI 11.343/06 E ARTIGO 16 DA LEI 10.826/03). ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIENCIA DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. RELATOS UNISSONOS E COERENTES DOS POLICIAIS RESPONSÁVEIS PELA PRISÃO EM FLAGRANTE. EXARCEBAÇÃO DA PENA-BASE. INOCORRÊNCIA. PENA FIXADA DE ACORDO COM OS DITAMES DO ARTS. 59 E 68 DO CP APELAÇÃO IMPROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.

I - A jurisprudência já consolidou o entendimento no sentido de que os depoimentos dos policiais que efetuaram a prisão em flagrante constituem prova idônea, principalmente quando prestados em Juízo sob o crivo do contraditório. Além disso, os depoimentos foram coerentes e uníssomos contando o ocorrido com riquezas de detalhes.

II- O magistrado singular analisou de forma precisa as circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP, fixando a pena-base em relação ao crime de tráfico em 10 (dez) anos de reclusão e em relação ao crime previsto no artigo 16 da lei 10.826/03 em 05 (cinco) anos de reclusão em razão de ter valorado negativamente as circunstâncias da culpabilidade, antecedentes, conduta social, consequências e os motivos do crime. Além disso, observo que o aumento da pena-base mostrou-se adequado, pois além do apelante já ter sido condenado em outro processo por tráfico de drogas, a quantidade e da diversidade das drogas apreendidas justificam o aumento da pena de acordo com o artigo 42 da lei de tóxicos. Por fim, somou as penas aplicadas condenando o apelante Michel Anderson Pavão Silva a 15 (quinze) anos de reclusão e 1.000 (um mil) dias-multa a ser cumprida no regime inicial fechado.

III- Apelo Improvido. Decisão unânime.

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0032148-65.2010.8.17.0810 (0314574-0)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, negar provimento ao apelo**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 17 de junho de 2014.

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator

1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0032148-65.2010.8.17.0810 (0314574-0)

COMARCA : JABOATÃO DOS GUARARAPES – 3º VARA CRIMINAL
APELANTE : MICHEL ANDERSON PAVÃO SILVA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
PROCURADOR : MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação criminal interposto por Michel Anderson Pavão Silva, em face da sentença de fls.398/402, que o condenou a pena definitiva de 15 (quinze) anos de reclusão por infração do art.33, "caput", da Lei nº 11.343/06 e do artigo 16, caput, da lei nº 10.826/03 a ser cumprida em regime inicialmente fechado e ao pagamento de 1.000(hum mil) dias-multa .

Em razões recursais às fls.432/441, o apelante requer sua absolvição ao argumento de que não há provas suficientes para embasar sua condenação, visto que sequer estava no local do crime. Alternativamente, requer a diminuição da pena imposta por considerá-la exacerbada.

O *parquet* apresentou contra-razões às fls. 463/467, pugnando pelo improvimento do recurso e pela manutenção, na íntegra, da sentença vergastada.

O Procurador de Justiça, Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto, ofertou parecer às fls. 470/471, opinando pelo improvimento do apelo, mantendo-se a sentença condenatória em todos os seus termos.

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 19 de dezembro de 2013.


DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0032148-65.2010.8.17.0810 (0314574-0)

COMARCA : JABOATÃO DOS GUARARAPES- 3ª VARA CRIMINAL
APELANTE : MICHEL ANDERSON PAVÃO SILVA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
PROCURADOR : MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO

VOTO

Conforme explicitado no relatório, o apelante Michel Anderson Pavão Silva insurge-se contra sentença que o condenou a pena de 15(quinze) anos de reclusão e 1000 (hum mil) dias-multa por infração aos art.33, caput da Lei nº11. 343/06 e artigo 16, caput, da lei 10.826/03 requerendo sua absolvição por insuficiência de provas, e alternativamente a diminuição da pena fixada.

Pois bem.

Narra a peça acusatória que no dia 17 de maio de 2010, policiais militares, em serviço de rotina, empreendiam diligências para desvelar o homicídio perpetrado contra o PM Lindinalvo da Silva, ocorrido em 16 de maio de 2010, supostamente atribuído à pessoa do também denunciado Michel, quando localizaram a casa do mesmo, sito na Av. Gal. Manoel Rabelo, nº 4.920, Cavaleiro, em Jaboatão dos Guararapes, estando a corré Cleciane Soares Gomes com as chaves do referido imóvel.

Ao se dirigirem para a citada casa, procederam à inspeção nas suas dependências, logrando encontrar no seu interior a pistola Taurus, calibre 7,65, número de série 09594, com 04 (quatro) munições de igual calibre, 05 (cinco) munições calibre 44, e 01 (uma) munição calibre 9mm, 02 (dois) pacotes 2,075 kg (dois kilos e setenta e cinco gramas) de maconha, 745g (setecentos e quarenta e cinco gramas) de Crack, 810g (oitocentos e dez gramas) de pasta base de Cocaína, saocs plásticos, 02 (duas) balanças digitais, entre outro objetos produto de crime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

O Parquet aditou a denúncia as fls. 118/119 incluindo o réu Michel Anderson Pavão da Silva.

Consta no aditamento que no dia 17 de maio de 2010, policiais militares informados que Michel havia participado do homicídio que vitimou o PM Lindinalvo Silva, dirigiram-se até a casa do mesmo, ocasião em que Michel, ao avistar a polícia escapou em uma motocicleta, permanecendo no imóvel a pessoa de Cleciane. Ato contínuo, ao procederem às buscas na casa de Michel localizaram sob guarda de Cleciane o material acima descrito.

Examino:

A materialidade do delito é inconteste, consoante se depreende do auto de apresentação e apreensão, às fls.20 e do laudo pericial, às fls.65/85, fls. 87/93 e fls. 103/109 onde se constatou a presença da substância *cannabis ativa Lineu*, vulgarmente conhecido como maconha, como também da presença de Crack e Cocaína e que a arma de fogo apreendida encontrava-se em perfeito estado de funcionamento, realizando disparos eficazmente.

A autoria também é certa, encontrado-se comprovada pelo conjunto probatório.

É certo que a corré Cleciane Soares Gomes apesar de negar em Juízo, afirmou na delegacia que as drogas, a arma e munições apreendidas pertenciam ao apelante Michel Anderson Pavão da Silva. Vejamos trecho do seu depoimento prestando na delegacia:

“que a interrogada esclarece que estava tomando conta da residência de Michel e Gleyce localizada na Avenida General Manoel Rabelo, a pedido da própria Gleyce, quando deixou as chaves daquela residência em poder dela interrogada, e saiu em companhia de um homem de identidade desconhecida em um moto; que alega ter conhecido Gleyce nas noites do clube Acadêmico de Casa Amarela em Recife-PE, alegando não ter nenhuma amizade acirrada com Michel, e nem conhecer pessoalmente ninguém de sua família, apenas o conheceu através de Gleyce(...)que indagado pela Autoridade Policial sobre a quem pertencia a droga, arma munições e objetos apreendidos no interior daquela residência, a interrogada afirma que só poderia pertencer ao homem conhecido



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

por "Michel", que a interrogada esclarece que depois de pegar as chaves daquela residência, em momento algum ali entrou, ficando no interior do bar localizado no térreo daquela residência que é um primeiro andar, até a polícia chegar e perguntar sobre o paradeiro de Michel, apresentando-se espontaneamente aos policiais com as chaves daquela residência(..)" (fls. 05)

Os depoimentos dos policiais José Marcelo Pereira da Silva e Wagner Aguiar de Souza que realizaram a prisão do apelante são uníssonos em afirmar que a caixa encontrada com as drogas, arma e munições apreendidas eram de propriedade do apelante Michel, além de que noticiam que o recorrente era conhecido como traficante. Senão vejamos:

"que estavam levantando sobre um assassinato de um policial e tinham informações que Michel seria o mandante do crime e que estaria em uma residência em Cavaleiro; que ao chegar no referido local avistaram uma mulher em atitude suspeita e que ela informou que morava no 1º andar; que quando isso aconteceu uma moto que estava na frente do bar saiu em disparada; que ao adentrar na residência encontraram em seu interior uma caixa lacrada, embalada pronta para ser conduzida para algum lugar; que dentro da caixa tinha drogas: maconha, crack e uma pasta base e ainda foi encontrada na residência armas e munições; que ao ser perguntada a quem pertencia o produto, Cleciane respondeu que era tudo de Michel; que ela disse que havia conhecido a esposa de Michel em Casa Amarela em um Bar e daí começou o vínculo de amizade; que a casa era de residência pois tinha Colchão, televisão e produtos na geladeira; que a Cleciane era responsável por tomar conta da droga e das armas que pertenciam a Michel; que Cleciane disse que Michel pediu para guardar as drogas e armas; que no local tinha cadernos com nomes e valores; que há informações que o Michel tem diversas bocas de fumo e que uma dessas bocas havia sido invadida; que o Michel responde a outro processo por tráfico de drogas; que segundo informações o Michel fugiu de moto quando viu a chegada dos policiais e que a própria Cleciane informou que foi o Michel que fugiu na moto; que Cleciane afirmou categoricamente que o material apreendido pertencia a Michel (...)" . José Marcelo Pereira, mídia digital fls. 338)

** que tudo começou no dia anterior com o assassinato de um policial; que durante as investigações surgiram alguns nomes e o nome de Michel estava no meio; que meses antes no Jordão estouraram uma boca de fumo que pertencia a Michel e La encontraram fotos de Michel e informações sobre ele; que receberam informações que em Cavaleiro havia um bar embaixo e algumas residências alugadas em cima; (...) que avistaram Cleciane e entraram na residência; que apreenderam no interior da residência pistola, crack, maconha, pasta base e alguns materiais eletrônicos; que segundo Cleciane a mesma estava tomando conta da casa a pedido da Gleyce que é namorada do Michel; que Cleciane afirmou que todo material apreendido pertencia a Michel; que acredita que como Michel ficou sabendo que seu nome foi citado no envolvimento do crime do policial, o Michel já havia encaixotado tudo para sair daquele local; que Michel responde a outro processo por tráfico; que viu quando Cleciane disse que todo o material apreendido era de Michel (....)" (Wagner Aguiar de Souza, mídia digital fls. 338).*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

O que se observa é que os depoimentos foram coerentes e uníssonos contando o ocorrido com riquezas de detalhes.

A jurisprudência tem entendido que os depoimentos dos policiais que efetuaram a prisão em flagrante do agente têm plena validade e devem ser recebidos sem nenhum preconceito como prova hábil a embasar um decreto condenatório. Neste sentido trago a colação julgado do STF:

"DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. FLAGRANTE PROVOCADO. PROVA TESTEMUNHAL: DEPOIMENTO DE POLICIAIS. PENA: FUNDAMENTAÇÃO. "HABEAS CORPUS". 1- **os policiais, que participam de diligências tendentes à constatação de crime que estaria sendo praticado, não estão impedidos de depor como testemunhas.** 2- Não é flagrante forjado aquele resultante de diligências policiais após denúncia anônima sobre tráfico de entorpecentes. 3- Não é o habeas corpus instrumento processual adequado ao reexame de provas, em que se baseou a condenação. 4- Não procede a alegação de falta de fundamentação da pena imposta, se esta resultou da pena-mínima com a agravante da reincidência. 5- "H.C." indeferido (HC nº 74195/SP, Relator: Ministro Sydney Sanches, Primeira Turma, DJ 13/09/1996)

O Superior Tribunal de Justiça também já se pronunciou sobre o tema:

"HABEAS CORPUS. PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. TESE DE FRAGILIDADE DA PROVA PARA SUSTENTAR A ACUSAÇÃO. VIA IMPRÓPRIA. NECESSIDADE DE EXAME APROFUNDADO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. DEPOIMENTO DE POLICIAIS. VALIDADE PROBATÓRIA.

1- Omissis

2- **Os policiais não se encontram legalmente impedidos de depor sobre atos de ofício nos processos de cuja fase investigatória tenham participado, no exercício de suas funções, revestindo-se tais depoimentos de inquestionável eficácia probatória, sobretudo quando prestados em juízo, sob a garantia do contraditório.**

3- Ordem Denegada. G.N. (HC nº 115516/SP, Relator: Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 03/02/2009).

Cabe ressaltar que a infração prevista no artigo 33¹, caput, da lei nº 1.343/06 prescinde de atos de comercialização, pois se trata de dispositivo

¹ Artigo 33- Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

de conteúdo variado, ou de ação múltipla, ensejando a prática do crime em questão a prática de qualquer conduta ali prevista.

Neste sentido trago a colação recente julgada do STJ:

CRIMINAL. RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTE. VENDA DE ENTORPECENTE. CARACTERIZAÇÃO DO DELITO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

O crime de tráfico de entorpecentes se aperfeiçoa mediante a prática de quaisquer das condutas descritas no dispositivo legal- no caso, a venda e a manutenção e depósito-, sendo irrelevante a existência de prévia mercancia ou, sequer, a reiteração da conduta.(...) G.N. (Resp nº 763213, Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 27/02/2007)

No que se refere à pena aplicada verifico que o magistrado obedeceu aos critérios estabelecidos nos artigos 59 e 68 do Código Penal.

Quanto ao crime de tráfico previsto no artigo 33, caput, da lei 11.343/06 verifico que o magistrado aplicou a pena-base acima do mínimo legal (10 anos de reclusão e 900 dias-multa) diante da valoração negativa das circunstâncias da culpabilidade, antecedentes, conduta social, motivos e consequências do crime.

Além disso, observo que o aumento da pena-base mostrou-se adequado, pois além do apelante já ter sido condenado em outro processo por tráfico de drogas, a quantidade e da diversidade das drogas apreendidas justificam o aumento da pena de acordo com o artigo 42 da lei de tóxicos.

Em seguida tornou a pena-base em definitivo diante da ausência de atenuantes, agravantes e causas de aumento e diminuição da pena.

Quanto ao crime do artigo 16 da lei 10.826/03 observo que o magistrado fixou a pena-base acima do mínimo legal (05 anos de reclusão e 100 dias-multa) em razão da valoração negativa das circunstâncias da culpabilidade, antecedentes, conduta social, motivos e consequências, tornando- a definitiva ante a ausência de atenuantes, agravantes, causa de aumento e diminuição da pena.

Pena- reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500(mil e quinhentos) dias-multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Quarta Câmara Criminal

Por fim, somou as penas aplicadas condenando o apelante Michel Anderson Pavão Silva a 15 (quinze) anos de reclusão e 1.000 (hum mil) dias-multa a ser cumprida no regime inicial fechado.

Por todo o exposto, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao recurso**, mantendo incólume a sentença guerreada.

É como voto.

Recife, 17 de junho de 2014.

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
Relator



502

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0032148-65.2010.8.17.0810(0314574-0)

APELANTE: MICHEL ANDERSON PAVÃO SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO

REVISOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO DE REVISÃO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de Apelação interposta por **MICHEL ANDERSON PAVÃO SILVA**, em face da decisão que o condenou à pena definitiva de 15 (quinze) anos de reclusão e multa de 1000 (hum mil) dias-multa, pela prática dos fatos criminosos previstos nos art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06 e art. 16 da Lei nº 10.826/03.

De acordo com a **peça acusatória**, no dia 02.06.2011, na Rua Armando Burli, no bairro de Afogados, nesta cidade, o recorrente foi preso em flagrante delito por ter em depósito, em sua residência, 20(vinte) pedras de crack e estar de posse de 01(um) revólver calibre 38, marca Taurus, número 1170089, contendo (02) duas munições.

Consta da peça de átrio que no dia 17 de maio de 2010, no interior do imóvel situado na Av. Gal. Manoel Rabelo, nº 4920, Cavaleiro, nesta cidade, policiais militares que se encontravam em serviço, empreendendo diligências para localizar a pessoa do recorrente, tendo em vista as suspeitas de ser o autor do homicídio perpetrado contra o Policial Militar Lindinalvo da Silva, localizaram dentro da casa do apelante uma pistola de marca Taurus, calibre 765, nº 09594, com quatro munições do mesmo calibre; cinco munições calibre 44, uma munição calibre 9mm, duas



503

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

caixas de ferro; dois pacotes contendo aproximadamente 2kg (dois quilos) e 75g (setenta e cinco gramas) do vegetal popularmente conhecido como "maconha", 745g (setecentos e quarenta e cinco gramas) de "Crack"; 810g (oitocentas e dez gramas) de pasta base de cocaína envoltos em um saco plástico para armazenar drogas; duas balanças digitais, três recipientes contendo ácido bórico e bicarbonato de sódio, dentre outros objetos.

Prossegue a exordial relatando que os policiais militares, ao chegarem à residência do suspeito "Michel", encontraram a denunciada Cleciane Soares Gomes, conhecida por "Ciane", de posse das chaves da casa do recorrente, e, após inspeção realizada pelos policiais, lograram encontrar em seu interior as armas, munições, drogas e demais objetos já descritos, motivo pela qual foi a denunciada presa em flagrante delito.

Aduz ainda a atrial que a então denunciada negou a autoria do crime, relatando na polícia que apenas era amiga da esposa de recorrente.

O Ministério Público procedeu ao **Aditamento** da Denúncia para incluir o ora apelante como corréu de Cleciane Soares Gomes, acrescentando na exordial que no dia, hora e local relatados na inicial, o apelante, ao avistar os policiais militares se dirigirem à sua residência, considerando as denúncias de ter o recorrente participado do homicídio do soldado da PMPE Lindinalvo da Silva, logrou êxito em fugir de posse de uma motocicleta, tendo permanecido no imóvel a pessoa de Cleciane Soares Gomes. Após buscas no interior do imóvel, os policiais militares localizaram todo o aparato de armas e drogas suso referidos.

Diante das provas coligidas aos autos constando a materialidade e a autoria, o Magistrado proferiu sentença (fls. 398/402), condenando o denunciado nas penas do art. 33, caput, da Lei 11.343/06 e art. 16 da Lei 10.826/03.



504

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Inconformado com a sentença condenatória, o apelante interpôs recurso, onde pugna em suas razões recursais (fls. 432/441) pela absolvição dos crimes previstos no art. 33 da Lei 11.343/06 e art. 16 da Lei 10.826/2003 e, alternativamente, a redução da pena aplicada.

Nas contrarrazões (fls. 463/467), o Ilustre Membro do Ministério Público requereu improvimento do apelo, mantendo-se a sentença em todos os seus termos.

O Ilustre Procurador de Justiça, em seu parecer (fls. 470/471), opinou pelo não provimento do apelo.

Pois bem. A sentença baseou-se em elementos probatórios constantes dos autos, não merecendo reparos por esta Corte.

A materialidade restou devidamente comprovada através do Auto de Prisão em Flagrante (fls. 03/05), Auto de Apresentação e Apreensão (fls. 20), e Laudos Periciais (fls. 65/85, 87/93 e 103/109), comprovando que as drogas apreendidas se tratavam dos entorpecentes vulgarmente conhecidos como maconha, crack e cocaína, bem como que arma apreendida estava em perfeito estado de funcionamento.

A autoria, por sua vez, apesar de negada pelo apelante, se mostra inequívoca pelos depoimentos colhidos tanto na fase policial, quanto em juízo.

O condutor, José Marcelo Pereira da Silva, em sede policial, às fls. 15, afirmou que:

"QUE junto com a equipe de trabalho, em investigação na apuração do assassinato do Policial Militar Lindinaldo da Silva, lotado na 19ª BPMPE, ocorrido no dia 16/06/2010, pela tarde, na Av. Pernambuco, bairro de UR1, no Ibura, quando o policial se encontrava no interior de um bar e foi abordado por dois homens em duas



505

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

motos, que atiraram contra o policial depois de roubarem sua pistola; Que durante as investigações obtiveram informes que na residência localizada na Av. Gal. Manoel Rabelo, nº 4920, no bairro de Cavaleiro em Jaboatão, se encontrava um dos suspeitos daquele crime, conhecido por "Michel" e que seria também o principal articulador daquele homicídio, pelo fato de já ter sido preso pela vítima; Que ao chegarem a residência, depois de um cerco policial, ali não foi localizado Michel, o qual conseguiu fugir em uma motocicleta cuja marca não sabe declinar porém de 660 cilindradas; Que naquela residência se encontrava a conduzida presente, que informou ser amiga da mulher de Michel e no interior do imóvel em questão foi encontrado os seguintes objetos..."(Grifei)

Em seu depoimento em juízo, o qual foi realizado através de mídia digital acostada aos autos às fls. 338, a testemunha acima referida, acrescentou que:

"(...) Que estavam levantando sobre o assassinato de um policial e tinham informações que Michel seria o mandante do crime e que estaria em uma residência em cavaleiro; Que ao chegar no referido local, avistaram uma mulher em atitude suspeita e que informou que morava no 1º andar; Que quando isso aconteceu, uma moto que estava na frente do bar saiu em disparada; (...)Que ao adentrar na residência encontraram em seu interior uma caixa lacrada, embalada, pronta para ser conduzida para algum lugar; Que dentro da caixa tinha drogas: maconha, crack e uma pasta base e ainda foi encontrada na residência armas e munições;Que Cleciane disse que Michel pediu para guardar as drogas e armas; Que no local tinha cadernos com nomes e valores; Que há informações que o Michel tem diversas bocas de fumo e que uma dessas bocas havia sido invadida; Que o Michel responde a outro processo por tráfico de drogas; Que segundo informações, o Michel fugiu de moto quando viu a chegada dos policiais e que a própria Cleciane afirmou que o material apreendido pertencia a Michel; Que Cleciane anteriormente se negou diversas vezes a entrar na residência; Que quando entrou na residência Cleciane começou a chorar já afirmando que não era dela; Que desconfiaram do nervosismo dela quando disseram que não era dela, porque ainda não tinham visto nem o quê era; (...)Que ao ser perguntada a quem pertencia o produto, Cleciane respondeu que era tudo de Michel



501

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Em seu depoimento em juízo, realizado através de mídia digital acostada aos autos às fls. 338, a testemunha Wagner Aguiar de Souza, confirmou as informações prestadas pelo condutor, senão vejamos:

"(...) Que meses antes no Jordão estouraram uma boca de fumo que pertencia a Michel e lá encontraram fotos de Michel e informações sobre ele; Que receberam informações que em Cavaleiro havia um bar embaixo e algumas residências alugadas em cima; (...) que avistaram Cleciane e entraram na residência; Que apreenderam no interior da residência pistola, crack, maconha, pasta base e alguns materiais eletrônicos; Que segundo Cleciane afirmou que todo o material apreendido pertencia a Michel; (...) Que Michel responde a outro processo por tráfico; Que viu quando Cleciane disse que todo o material apreendido era de Michel..." (Grifei)

A corré, Cleciane Soares Gomes, não obstante tenha se retratado quando ouvida em juízo, consoante denota em seu depoimento (fls. 338), relatou na Delegacia que era ela quem estava tomando conta da residência de Michel e que as drogas, armas e demais objetos apreendidos pela polícia era de Michel. Ademais, em juízo, Cleciane afirmou que foi espancada pelos policiais para confessar o crime, entretanto, o Laudo Traumatológico acostado às fls. 86 dos autos comprovou que a mesma não foi lesionada.

Registre-se, por oportuno, que o depoimento dos policiais tem força probatória e, segundo entendimento deste Tribunal de Justiça, serve para lastrear o decreto condenatório, *sic*:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE. APREENSÃO DE ENTORPECENTE EM PODER DO ACUSADO. DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO PARA USUÁRIO DE DROGAS. NÃO CONFIGURAÇÃO. DEPOIMENTO DE POLICIAIS COMO MEIO DE PROVA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 75 DO TJPE. DELITO CONFIGURADO. I - A materialidade e autoria da prática delituosa restaram sobejamente comprovadas, diante da prisão em flagrante do acusado,



507

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

visto que a droga foi apreendida em seu poder, somados aos depoimentos colhidos durante a instrução criminal que embasaram a sua condenação. II - O art. 33 da Lei nº 11.343/06 prescreve ação múltipla ou de conteúdo variado, apresentando várias formas de violação da norma legal, bastando para a consumação do crime, a prática de qualquer das ações ali previstas. São 18 (dezoito) ações contempladas. Para sua configuração não necessita da ocorrência de ato de tráfico, ou melhor, não supõe, necessariamente, a prática de atos onerosos ou de comercialização. III- Este Tribunal de Justiça já pacificou entendimento de que é válido o depoimento de policiais como meio de prova, quando corroborados com todo o conjunto probatório colhido durante a instrução criminal. IV- Apelo improvido. Decisão Unânime.(TJ-PE - APL: 1306320098170280 PE 0000130-63.2009.8.17.0280, Relator: Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho, Data de Julgamento: 11/04/2012, 3ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 7/3/2012)

Dessa forma, em que pese a negativa em relação aos crimes, percebe-se que o apelante apresentou uma versão com pouca credibilidade, no intuito de se livrar da condenação, todavia, suas alegações não se coadunam com as provas dos autos.

Por outro lado, os policiais foram firmes e uníssonos em seus depoimentos, sendo reluzentes em afirmar que viram quando Cleciane afirmou que o proprietário das drogas, armas e demais objetos apreendidos pertenciam a o ora recorrente.

Saliente-se que, embora os policiais militares não tenham logrado êxito na apreensão do apelante naquele momento, posto que se evadiu rapidamente do local, conseguiram localizar e apreender as drogas e as armas descritas na exordial dentro da residência do recorrente.



508

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Os policiais militares afirmaram ainda, em juízo, que encontraram as drogas dentro de uma caixa lacrada, não restando dúvidas de que a substância destinava-se ao tráfico. Por outro lado, os Laudos de Constatação Definitivos concluíram que as substâncias apreendidas se tratavam das drogas popularmente conhecidas como maconha (fls. 67/69), crack (fls. 79/83) e cocaína (fls. 87/91).

Por seu turno, as espécies e a quantidade das drogas localizadas na residência do apelante, bem como os demais artefatos, atrelada as circunstâncias de existirem denúncias anteriores de o local indicado ser conhecido como ponto de tráfico, indicam, de forma segura, a configuração do crime de tráfico.

Ademais, a arma de fogo apreendida na residência do recorrente, segundo Laudo Balístico acostado às fls. 104/107 dos autos, estava em plenas condições de funcionamento, inclusive já tendo sido realizado tiros antes da realização do referido exame pericial, fatos estes que enunciam que a mesma era utilizada para o tráfico, corroborando com as demais provas colhidas aos autos.

Sendo assim, percebe-se que ficou claro ao longo da instrução processual a ocorrência dos crimes e autoria delitiva na pessoa do apelante, razão pela qual não há que se falar em insuficiência de provas para condenação.

O apelante também se insurgiu contra a aplicação da reprimenda, considerando-a exacerbada, todavia, o pleito de redução da pena não merece prosperar, uma vez que a sentença bem fundamentou a fixação da pena acima do limite mínimo, tendo em vista a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, senão vejamos, *in verbis*:

"(...) b) réu MICHEL ANDERSON PAVÃO SILVA.

b.1.) Art. 33 da Lei nº 11.343/06.



509

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Considerando a culpabilidade do agente, percebe-se que agiu com dolo de tráfico de substâncias ilícitas entorpecentes; os antecedentes criminais do réu não são favoráveis, conforme documento de fls. 127/128, que dá conta de ele responder a processos diversos, em varas distintas; sua conduta social se mostrou desviada para a prática de outros delitos; a personalidade do agente não é desvirtuada; os motivos do crime não são justificáveis, sendo ele movido pela busca de lucro fácil, mesmo que para tal degradasse a vida de muitos jovens e de suas famílias; as circunstâncias do crime são as comuns à espécie; as consequências são de várias ordens, ensejadoras, principalmente, da degradação social à sociedade como um todo e às famílias das vítimas diretas; as vítimas específicas, os compradores das drogas, em nada contribuíram para a eclosão do delito, além de também ser a sociedade em geral atingida pela conduta criminosa.

*Assim, levando em consideração as circunstâncias judiciais, não desfavoráveis ao réu, fixo a pena base em **10 (dez) anos de reclusão**, a qual torno definitiva, em virtude da ausência de outras agravantes e atenuantes e de causa de aumento ou de diminuição da pena.*

b.2.) Art. 16 da Lei nº 10.826/03.

Considerando-se a culpabilidade do réu, percebe-se que o mesmo agiu com dolo de portar arma de fogo, sem autorização legal para tanto ou registro da mesma; tecnicamente, os antecedentes criminais do réu não lhe são favoráveis, conforme documento citado na dosagem da pena acima; sua conduta social se mostra desviada para a prática de delitos, como dito; a personalidade da agente é desvirtuada; os motivos do crime são injustificáveis, nada havendo a respaldar a conduta criminosa; as circunstâncias do crime são as comuns à espécie; as consequências são de várias ordens, ensejadoras de violência social decorrente do porte ilegal de arma, a desencadear em outras condutas delituosas, cometidas por quem não tem autorização para possuí-la; a vítima é a sociedade de uma maneira geral.

*Assim, levando em consideração as circunstâncias judiciais, fixo a pena base em **05 (cinco) anos de reclusão**, a qual torno definitiva, diante da ausência de outra agravante ou atenuante ou causa de aumento ou de diminuição de pena, torno definitiva.*

No tocante ao crime de tráfico de drogas, forçoso registrar que a fixação da pena-base têm a particularidade definida em seu art. 42, o qual determina que o juiz considerará a natureza e a quantidade da substância ilícita, bem como a



510

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

personalidade e a conduta social do agente, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do CPB.

Analisando-se o caso concreto, é possível perceber que a quantidade e a qualidade das drogas apreendidas são suficientes para a fixação da pena-base acima do mínimo cominado em abstrato, haja vista tratar-se de maconha, crack e cocaína, substâncias de nocividade notoriamente elevadas em relação às demais drogas, e de ter sido apreendida quantidade razoável desses entorpecentes. Ademais, o ora apelante já foi condenado anteriormente por outro processo relativo ao tráfico de drogas.

Em caso análogo, o Tribunal de Justiça de São Paulo considerou razoável e justa a fixação da pena base acima do mínimo legal cominado em abstrato, em razão da quantidade e qualidade da droga, nos termos do art. 42 da Lei nº 11.343/06, conforme demonstra o seguinte excerto do voto do relator:

"A primeira fase da dosimetria foi bem operada, sendo irrefutável a elevação da pena-base a 6 anos, 3 meses e 625 dias-multa, operada pelo juízo sentenciante, que próximo aos fatos, valorou a maior reprovabilidade das circunstâncias do delito, que envolveu significativa quantidade de porções (30 pedras), prontas para o consumo, de espécie de droga (crack) com maior grau de nocividade.

As circunstâncias judiciais ponderadas pelo magistrado respeitam os parâmetros traçados pelo art. 42 da Lei de Drogas, que estabelece a preponderância da natureza e quantidade do entorpecente apreendido sobre as demais circunstâncias do art. 59 do CP". (ApCr 0000366-63.2010.8.26.0495/SP, 16ª Câmara de Direito Criminal, Rel. Des. OTÁVIO DE ALMEIDA TOLEDO, data de registro: 02/05/1012).

Dessa forma, a fixação, pelo juízo *a quo* das penas-base aos crimes em tela encontram-se devidamente fundamentadas, não havendo motivo justo para a reforma da sentença no que tange à dosimetria da pena.



511

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Por fim, à míngua de circunstâncias atenuantes e agravantes, bem como de causas de diminuição ou aumento de pena, tornou as reprimendas definitivas em 10(dez) anos de reclusão e 900(novecentos) dias-multa, em relação ao crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/06, e em 05(cinco) anos de reclusão e 100(cem) dias-multa, em relação ao crime previsto no art. 16 da Lei 10.826/03, as quais, somadas, em decorrência do que preceitua o art. 69 do CP, perfazem um total de **15 (quinze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime fechado, e 1.000(hum mil) dias-multa**, não merecendo, portanto, qualquer retoque em relação ao seu *quantum*.

Posto isso, meu voto é no sentido de **negar provimento** ao recurso, por entender que a sentença ora atacada não merece reparo algum, devendo ser mantida em todos os seus termos.

É COMO VOTO.